

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| LÍNGUA PORTUGUESA..... | 11 |
| ■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS | 11 |
| ■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS | 13 |
| ■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL | 21 |
| ■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL | 22 |
| EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL..... | 22 |
| ■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO | 26 |
| RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO..... | 32 |
| RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO..... | 33 |
| ■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS | 35 |
| COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS..... | 44 |
| EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS..... | 45 |
| ■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO | 54 |
| ■ CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL | 57 |
| ■ REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL | 61 |
| ■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE | 62 |
| ■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO | 64 |
| ■ SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO | 64 |
| REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO..... | 65 |
| REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE..... | 66 |
| ■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS | 67 |
| LEGISLAÇÃO..... | 79 |
| ■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ARTS. 205 A 214) | 79 |
| ■ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO – LEI FEDERAL Nº 9.394, DE 1996 E SUAS ALTERAÇÕES | 82 |

| | |
|--|-----|
| ■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI FEDERAL Nº 8.069, DE 1990 E SUAS ALTERAÇÕES..... | 99 |
| ■ LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO LEI FEDERAL Nº 13.146, DE 2015 E SUAS ALTERAÇÕES..... | 124 |
| ■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – RESOLUÇÃO CNE-CEB Nº 07, DE 2010..... | 138 |
| ■ ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RECIFE..... | 143 |
| ■ POLÍTICA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE ALINHADA À BNCC..... | 156 |
| ■ REFERENCIAIS DOCENTES DO MUNICÍPIO DO RECIFE, ALINHADO À BASE COMUM PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FC), INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 2020..... | 156 |
| ■ BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FI), INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 2019..... | 158 |
| TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS..... | 167 |
| ■ PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO..... | 167 |
| PROCESSO DE PLANEJAMENTO: CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA, DIMENSÕES E NÍVEIS..... | 167 |
| PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO..... | 168 |
| PLANEJAMENTO ESCOLAR: PLANOS DA ESCOLA, DO ENSINO E DA AULA..... | 168 |
| ■ CURRÍCULO..... | 168 |
| DO PROPOSTO À PRÁTICA..... | 168 |
| ■ TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO..... | 171 |
| ■ EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE, CIDADANIA E EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS..... | 172 |
| ■ A APRENDIZAGEM DA LEITURA COMO UM DIREITO HUMANO..... | 173 |
| ■ EDUCAÇÃO INTEGRAL..... | 173 |
| ■ EDUCAÇÃO AMBIENTAL..... | 175 |
| ■ FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA E O PAPEL DO PROFESSOR..... | 176 |
| ■ EDUCAÇÃO/SOCIEDADE E PRÁTICA ESCOLAR..... | 178 |
| ■ DIDÁTICA E PRÁTICA HISTÓRICO-CULTURAL..... | 180 |
| ■ A DIDÁTICA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR..... | 184 |

| | |
|--|-----|
| ■ ASPECTOS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS DA PRÁTICA EDUCATIVA, SEGUNDO AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS | 185 |
| TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA PRÁTICA ESCOLAR | 185 |
| ■ PRÁTICAS DE LETRAMENTO E MULTILETRAMENTOS | 187 |
| ■ OS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM..... | 187 |
| O DIÁLOGO ENTRE O ENSINO E A APRENDIZAGEM | 187 |
| ■ RELAÇÃO PROFESSOR/ESTUDANTE..... | 188 |
| ■ COMPROMISSO SOCIAL E ÉTICO DO PROFESSOR..... | 191 |
| ■ COMPONENTES DO PROCESSO DE ENSINO | 192 |
| OBJETIVOS | 192 |
| CONTEÚDOS | 192 |
| MÉTODOS, ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E MEIOS..... | 193 |
| ■ INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE DO CONHECIMENTO | 193 |
| ■ AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS..... | 193 |
| ■ O PAPEL POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A ORGANICIDADE DO ENSINAR, DO APRENDER E DO PESQUISAR..... | 195 |
| ■ A FUNÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DA ESCOLA..... | 197 |
| ■ COMUNIDADE ESCOLAR E CONTEXTOS INSTITUCIONAL E SOCIOCULTURAL | 199 |
| ■ PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA | 201 |
| CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E EIXOS NORTEADORES | 201 |
| ■ POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA | 202 |
| ■ GESTÃO DEMOCRÁTICA | 204 |
| USO DE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO E INFORMÁTICA BÁSICA | 211 |
| ■ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO | 211 |
| NOÇÕES DE VÍRUS E PRAGAS VIRTUAIS | 212 |
| PROCEDIMENTOS DE BACKUP..... | 216 |
| ■ CONHECIMENTO DA PLATAFORMA GOOGLE | 220 |
| GOOGLE SALA DE AULA..... | 220 |
| GOOGLE DOCUMENTOS..... | 230 |

| | |
|--|-----|
| GOOGLE PLANILHA..... | 236 |
| ■ SISTEMA OPERACIONAL..... | 238 |
| CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS | 239 |
| ■ AMBIENTE WINDOWS (EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES EM AMBIENTE WINDOWS) | 250 |
| ■ CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET | 270 |
| CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS..... | 287 |
| ■ O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM | 287 |
| ■ RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO..... | 288 |
| ■ BASES PSICOLÓGICAS DA APRENDIZAGEM..... | 290 |
| ■ PLANEJAMENTO DE ENSINO EM SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS: OBJETIVOS E CONTEÚDOS DE ENSINO..... | 300 |
| ■ MÉTODOS E TÉCNICAS | 300 |
| ■ MULTIMÍDIA EDUCATIVA..... | 302 |
| ■ AVALIAÇÃO EDUCACIONAL..... | 302 |
| ■ METODOLOGIA DE PROJETOS: UM CAMINHO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA..... | 304 |
| ■ INTERDISCIPLINARIDADE E GLOBALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO..... | 305 |
| ■ EDUCAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA | 308 |
| ■ SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA INCLUSIVA..... | 309 |
| ■ PLANEJAMENTO INCLUSIVO | 312 |
| ■ GESTÃO DA APRENDIZAGEM | 314 |
| ■ TEORIAS EDUCACIONAIS, CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E TENDÊNCIAS ATUAIS | 315 |
| ■ ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO..... | 316 |
| ■ PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE LEITURA E ESCRITA..... | 318 |
| ■ PLANEJAMENTO PARA A SUPERAÇÃO DAS FASES DA ESCRITA..... | 319 |
| ■ IMPORTÂNCIA, ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DE ROTINA EM SALA DE AULA..... | 319 |
| MODALIDADES ORGANIZATIVAS DO TRABALHO PEDAGÓGICO..... | 319 |

| | |
|--|-----|
| ■ AS PRÁTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA | 321 |
| A LEITURA, A PRODUÇÃO E ESCRITA DO TEXTO..... | 321 |
| A ANÁLISE LINGUÍSTICA..... | 322 |
| A SISTEMATIZAÇÃO DO CÓDIGO..... | 322 |
| ■ REFLEXÃO E INTERPRETAÇÃO DE SITUAÇÕES PRÁTICAS | 322 |
| ■ OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM, DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, SOCIOAFETIVO E PSICOMOTOR; LUDICIDADE; INTERAÇÕES SOCIAIS | 323 |
| ■ ESTRATÉGIAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA | 325 |
| RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS | 325 |
| TAREFAS INVESTIGATIVAS | 326 |
| TECNOLOGIAS DIGITAIS | 326 |
| MODELAGEM | 326 |
| HISTÓRIA DA MATEMÁTICA | 326 |
| ■ TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL..... | 326 |
| ■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) | 327 |
| ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS | 329 |
| ■ POLÍTICA DE ENSINO DO RECIFE..... | 330 |
| ■ CONCEITOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO DE PORTUGUÊS, MATEMÁTICA, HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CIÊNCIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS | 335 |
| ■ PRIMEIRA INFÂNCIA: IMPORTÂNCIA E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL | 339 |
| MARCOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL..... | 339 |
| ■ SONDAÇÃO: IMPORTÂNCIA, DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE PARA O DIRECIONAMENTO DA PRÁTICA..... | 343 |

TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS



Planejamento em níveis. Fonte: Chiavenato et al. (2000)

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

PROCESSO DE PLANEJAMENTO: CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA, DIMENSÕES E NÍVEIS

O planejamento e a organização norteiam a prática do trabalho e prática pedagógica. Quando essas práticas são citadas, logo perguntamos: por que planejar? De acordo com Piletti (1997), essa prática evita a improvisação, traz mais segurança, economiza tempo, energia e promove um trabalho mais eficiente para alcançar os objetivos definidos.

A seguir, acompanhe as concepções de **planejamento** apoiadas na teoria de três autores:

- Libâneo (2013, p. 131):

[...] é um processo de sistematização e organização das ações do professor. É um instrumento da racionalização do trabalho pedagógico que articula a atividade escolar com os conteúdos do contexto social.

- Vasconcellos (2000, p. 79)

Antecipar mentalmente uma ação ou um conjunto de ações a ser realizadas e agir de acordo com o previsto. Planejar não é, pois, apenas algo que se faz antes de agir, mas é também agir em função daquilo que se pensa.

- Luckesi (2011, p. 130)

É um processo que consiste em preparar um conjunto de decisões tendo em vista agir, posteriormente, para atingir determinados objetivos.

Elementos do Planejamento

- **Objetivos:** Para quê e por quê?
- **Conteúdos:** O quê?
- **Procedimentos:** Como?
- **Recursos:** De que preciso?
- **Tempo e espaço da educação:** Quando e onde ensinar e aprender?
- **Avaliação:** Deu certo? O que manter e o que modificar?

Na prática pedagógica, não se pode agir com base no improviso, pois “Ensinar requer intencionalidade e sistematização” (FUSARI, 1990). O poder de improvisação é sempre necessário, mas não pode ser considerado regra. “Não há ensino sem planejamento” (GANDIN, 1991).

Níveis do Planejamento

Os planejamentos, de acordo com Chiavenato (2000), são divididos em três níveis, o institucional, tático e operacional, conforme apresentado na pirâmide organizacional:

- **Estratégico/Institucional:** “relaciona-se com objetivos de longo prazo e com estratégias e ações para alcançá-las” (CHIAVENATO, 2000, p. 18);
- **Tático/Departamental:** “relaciona-se a objetivos de mais curto prazo e com estratégias e ações [...]” (CHIAVENATO, 2000, p. 18);
- **Operacional:** “pode ser considerado como a formalização, principalmente através de documentos escritos, das metodologias de desenvolvimento e implantação estabelecidas” (CHIAVENATO, 2000, p. 19).

Níveis da Educação

O planejamento da educação é composto por diferentes níveis de organização. Nesse sentido, leia as descrições do quadro a seguir:

| NÍVEIS | DEFINIÇÃO |
|--|--|
| Planejamento do Sistema de Educação | Corresponde ao planejamento da educação em âmbito nacional, estadual e municipal |
| Planejamento global da escola | Corresponde às ações sobre o funcionamento do funcionamento administrativo e pedagógico da escola; para tanto, este planejamento necessita da participação em conjunto da comunidade escolar |
| Planejamento curricular | É a organização da dinâmica escolar. É um instrumento que sistematiza as ações escolares do espaço físico às avaliações da aprendizagem |
| Planejamento de ensino | Envolve a organização das ações dos educadores durante o processo de ensino, integrando professores, coordenadores e alunos na elaboração de uma proposta de ensino, que será projetada para o ano letivo e constantemente avaliada |
| Planejamento de aula | Organiza ações referentes ao trabalho na sala de aula. É o que o professor prepara para o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos coerentemente articulado com o planejamento curricular, com o planejamento escolar e com o planejamento de ensino |

Fonte: Quadro com base na questão da Banca IBFC – Professor B (Pref. Conde – PB)/Matemática/2019.

Qualquer um dos níveis citados deve ser articulado com os demais, ou seja, não há uma independência entre eles, mas todos são complementares entre si.

I PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O Planejamento Participativo (PP) é o processo que envolve a organização do trabalho em grupo de uma instituição escolar. Também tem como base o trabalho coletivo com objetivo de solucionar os problemas comuns existentes no meio social.

Para acontecer um PP, as pessoas envolvidas decidem, discutem, refletem e questionam, ou seja, elas realmente participam e possuem um papel transformador.

Ferreira (1979) identifica três fases do processo de construção, dentro do planejamento participativo:

- a preparação do plano escolar;
- o acompanhamento da execução das operações pensadas no plano escolar;
- a revisão de todo o processo.

Dica

Planejamento (perspectiva participativa): heterogêneo, descentralizador, inclusivo, conflitos e flexibilidade.

I PLANEJAMENTO ESCOLAR: PLANOS DA ESCOLA, DO ENSINO E DA AULA

De acordo com Libâneo (2013), há três modalidades de planejamento articulados entre si: o plano da escola, o plano de ensino e o plano de aulas:

| PLANO DA ESCOLA (PLANO DE ENSINO/PLANO DE CURSO/PLANO DE UNIDADE DIDÁTICAS) | PLANO DE ENSINO (PLANO DE UNIDADE) | PLANO DE AULA |
|---|--|--|
| Documento mais global; expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações da escola com o sistema escolar mais amplo e, de outro, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos | Previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para o ano ou semestre; é um documento mais elaborado, dividido por unidades sequenciais, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológicos | Previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem um caráter específico. Etapas: <ul style="list-style-type: none">● Tema abordado● Objetivos gerais● Metodologia● Avaliação● Bibliografia |

Fonte: Quadro com base na questão da Banca FUNDATEC (Pref. São Borja – RS) Professor – Geografia/2019

I REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**. 3. Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- FERREIRA, F. W. **Planejamento Sim e Não: um modo de agir num mundo em permanente mudança**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FERREIRA, J. W. **Avaliação da aprendizagem e outros temas do ensino superior**. Cuiabá: Kcm, 2008.
- FUSARI, J. C. O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas. In: **Ideias**. São Paulo, n. 8, p. 44-58, 1990.
- GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. 6. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.
- PILETTI, N. **Psicologia Educacional**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.
- VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 16.ed. São Paulo: Libertad, 2002.

CURRÍCULO

I DO PROPOSTO À PRÁTICA

O termo “currículo” esteve por muito tempo relacionado à lista de conteúdos que deveriam ser ensinados pelas escolas. No entanto, pode ser compreendido como um “documento de identidade” (SILVA, 2003), que orienta as instituições de ensino.

A palavra “currículo” tem origem no termo latino *scurrere*, que significa “curso” ou “pista de corrida”. Isso tem relação com o currículo escolar. Na escola, ele constitui o elemento núcleo do projeto pedagógico e viabiliza o processo de ensino e aprendizagem.

Vejam as concepções básicas de **currículo** apoiadas na teoria de três autores:

- Tomaz Tadeu da Silva (2003) afirma que:

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confiaram. O currículo é lugar, espaço e território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem e percurso. [...] O currículo é documento de identidade.

- Libâneo (2007) define o currículo escolar como:

[...] a concretização, a viabilização das intenções e das orientações expressas no projeto pedagógico [...] compreende-se o currículo como um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade para a formação dos alunos; é tudo o que espera ser aprendido e ensinado na escola. (2007, p. 362)

- Gimeno Sacristán (1999), por sua vez, define:

Currículo é a ligação entre a Cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e a cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

Vale enfatizar que não se imagina um currículo que não abranja a educação inclusiva para a diversidade e para tantas outras especificidades dos estudantes, tendo em vista que é um documento de inclusão escolar.

I CURRÍCULO E LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, orienta para um currículo de base nacional comum para o ensino fundamental e médio. As disposições sobre currículo estão em **três artigos** da LDB.

Define-se a competência da União no inciso IV, do art. 9º, conforme exposto a seguir:

Art. 9º A União incumbir-se-á de: [...]

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

Mais referências, de maneira específica, são vistas no capítulo sobre educação básica, no qual se pode ler:

Art. 26 Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, devendo ser **constituído por uma ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.**

O art. 27 estabelece diretrizes para orientar conteúdos curriculares da educação básica, envolvendo direitos, deveres, valores e orientações visando ao mercado de trabalho:

Art. 27 Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

A Lei em comento traz a sugestão de flexibilização do currículo, admitindo a inclusão de disciplinas conforme o contexto local. Como exemplo, pode-se citar um currículo que seja “apropriado às reais necessidades e interesses dos alunos” da zona rural.

Art. 28 Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Dica

Para gabaritar o tema currículo, é preciso dominar: **conceitos**, tipos, níveis, teorias, autores e legislação.

I TIPOS DE CURRÍCULO

Para melhor compreender as diferentes perspectivas do currículo escolar, é importante conhecer os tipos de currículo, pois podem se apresentar em duas perspectivas distintas:

- Currículo fechado:

Considere uma organização curricular por disciplinas isoladas, dispostas em uma grade curricular, que não foi discutida e nem elaborada pelos professores e visa a desenvolver nos alunos habilidades e destrezas desejadas pela sociedade. (FUNCAB, 2013, SEDUC-RO)

- Currículo aberto:

A organização do percurso formativo, aberto e contextualizado, deve ser construída em função das peculiaridades do meio e das características, interesses e necessidades dos estudantes, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas outros, também, de modo flexível e variável, conforme cada projeto escolar, e assegurando escolha da abordagem didático-pedagógica disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar pela escola. (IBADE, 2016, SEDUC-RO)

I NÍVEIS DO CURRÍCULO

Libâneo (2001) aponta que, no contexto escolar, coexistem três níveis de currículo. Assim, na sequência serão descritos: o formal, o real e o oculto.

● Currículo formal (prescrito)

*[...] refere-se ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino ou instituição educacional. É o currículo legal expresso em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdo das áreas ou disciplinas de estudo. O currículo formal ou oficial é aquele conjunto de **diretrizes normativas prescritas institucionalmente**, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais divulgados pelo Ministério da Educação, as propostas curriculares dos Estados e Municípios.¹*

● Currículo real (em ação)

*[...] é o currículo que de fato, **acontece na sala de aula em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino**. É a execução de um plano, é a efetivação do que foi planejado, mesmo que nesse caminho do planejar e do executar aconteçam mudanças, intervenção da própria experiência dos professores, decorrentes de seus valores, crenças, significados. É o currículo que **sai da prática dos professores**, da percepção e do uso que os professores fazem do currículo formal assim como o que fica na percepção dos alunos. [...] frequentemente, o que é realmente aprendido, compreendido e retido pelos alunos não corresponde ao que os professores ensinam ou creem estar ensinando.²*

● Currículo oculto (implícito)

*Essa denominação refere-se aquelas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores provenientes da experiência cultural, dos valores e significados trazidos pelas pessoas de seu meio social e vivenciados na própria escola, ou seja, das **práticas e experiências compartilhadas na escola e na sala de aula**. O currículo oculto representa tudo o que os alunos aprendem pela convivência espontânea em meio as várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, que vigoram no meio social e escolar. O currículo está oculto porque ele não é prescrito, não aparece no planejamento, embora se constitua como importante fator de aprendizagem.³*

I TEORIAS SOBRE O CURRÍCULO

O autor Tomaz Tadeu da Silva (2003), no livro *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*, apresenta, como forma útil de distinguir as diferentes teorias de currículo, o exame do conceito de cada uma delas. Vejamos:

| TEORIAS | TEORIAS TRADICIONAIS | TEORIAS CRÍTICAS | TEORIAS PÓS-CRÍTICAS |
|----------------------|--|---|---|
| DISCURSOS | Científico | Dialético | Subjetivo |
| CONCEITOS/ TERMOS | Aceitação, ajuste e adaptação, ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência e objetivos | Ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação, libertação, currículo oculto, resistência | Identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo |
| AUTORES | Bobbit, Taylor, Dewey | Althusser, Bourdieu e Passeron, Freire, Michael Apple, Henri Giroux, Basil Bernstein, Bowles e Gintis | Miguel Arroyo |

Fonte: Adaptado de Silva (2003).

Agora, observe mais detalhadamente os tipos de teorias relacionadas ao currículo, de acordo com Silva (2003):

- **Teorias tradicionais:** com origem nos Estados Unidos, têm como base a tendência conservadora. Elas têm como objetivo principal preparar para aquisição de habilidades intelectuais por meio de práticas de memorização;
- **Teorias críticas:** argumentam que não existe uma teoria neutra, já que toda teoria está baseada nas relações de poder. Percebem o currículo como um campo que prega a liberdade e um espaço cultural e social de lutas;
- **Teorias pós-críticas:** criticam a desvalorização do desenvolvimento cultural e histórico de alguns grupos étnicos e conceitos provenientes da modernidade, como a razão e a ciência. Têm fundamentação teórica no pós-estruturalismo, que acredita que o conhecimento é algo incerto e indeterminado.

1 LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001, p. 144.

2 Ibid.

3 Ibid.

Como podemos observar, as teorias do currículo têm diferentes correntes pedagógicas responsáveis por abordar a sua dinâmica e suas funções. Para o professor, é preciso conhecer os temas concernentes ao currículo e suas teorias, como também o sentido expresso na orientação da prática escolar.

Dica

É relevante a leitura do livro *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*, de Tomaz Tadeu da Silva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 mar. 2022.
- GIMENO SACRISTÁN, J. **Poderes instáveis em educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.
- LIBÂNEO, J. C. *et. al.* **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** Coleção Docência em Formação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

De acordo com Coscarelli (2016), as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são compreendidas como o conjunto de recursos tecnológicos utilizados de forma integrada e têm provocado inúmeras mudanças no cenário mundial e nacional, seja no comportamento dos indivíduos seja na forma como estes se comunicam e se relacionam.

Em conformidade com o Parecer CNE/CEB nº 7, de 2010, as tecnologias da informação e comunicação constituem parte de um contínuo desenvolvimento de tecnologias, a começar pelo giz e pelos livros, todos podendo apoiar e enriquecer as aprendizagens.

As TICs estão presentes em todos os processos de educação, desde a gestão, sala de aula e alunos, nos mais diferentes órgãos e níveis, etapas e modalidades de ensino.

PAPEL DO PROFESSOR

As tecnologias digitais trazem como marco a necessidade de redefinição do que se entende sobre humanidade, sobre vida e, no caso específico da aprendizagem, sobre os estudos científicos já realizados e pragmáticos.

A presença das tecnologias digitais nos processos de aprendizagem supõe a reestruturação das formas de conhecer, aprender e criar.

Nesse sentido, o papel do organizador do processo educativo escolar, o professor, também sofre alterações significativas.

A função do professor estará condicionada à maneira como as tecnologias digitais são apresentadas no processo de ensino, ou seja, como parceiros evolutivos.

Saber utilizar as TICs é, também, contribuir com novas metodologias de ensino que permitem ao estudante uma maior autonomia na busca do conhecimento. Entretanto, é preciso atentar-se ao fato de que as tecnologias educacionais são vistas como qualquer outra ferramenta e que sozinhas não resolvem os problemas sociais. Vejamos:

[...] na Educação, não existem respostas prontas. Para o sucesso de qualquer iniciativa é fundamental ter objetivos claros e levar em conta as características particulares de cada turma e de cada escola. E, assim como qualquer outra ferramenta não é capaz de resolver por si só os problemas, as tecnologias educacionais precisam de um professor que saiba como utilizá-las e que acompanhe seus resultados de perto.⁴

As TICs não substituem os docentes, mas exigem uma mudança de postura. Outro ponto para o qual devemos ficar atentos é sobre informações em excesso que podem causar um caos na aprendizagem. É preciso organizar, sintetizar e refletir sobre as informações recebidas.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A BNCC contempla o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao uso crítico e responsável das tecnologias digitais de forma transversal. A **Competência Geral 5** destaca a compreensão e uso das TICs na Base:

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.⁵

Sobre esse assunto, atente-se ao que dispõe o site da BNCC:

*[...] incorporar as tecnologias digitais na educação não se trata de utilizá-las apenas como **meio** ou **suporte** para promover aprendizagens ou despertar o interesse dos alunos, mas sim de utilizá-las com os alunos para que construam conhecimentos **com** e **sobre** o uso dessas TDICs.⁶*

A sigla TDICs significa Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

O USO DAS TICs NA PANDEMIA DE COVID 19

Durante a pandemia de Covid-19, o uso das TICs foi intensificado enquanto estratégia de continuidade da oferta do ensino, mas no formato do ensino emergencial remoto.

4 Três formas de inserir a tecnologia em sala de aula no dia a dia. Nova Escola, 2016. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4671/tres-formas-de-inserir-a-tecnologia-em-sala-de-aula-no-dia-a-dia>. Acesso em: 17 mar. 2022.

5 BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018, p. 9. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

6 Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades. Base Nacional Comum Curricular, [s.d.].

As TICs têm desempenhado um papel fundamental, como ferramenta para o desenvolvimento da educação, por meio das aulas não presenciais, com a utilização de aparelhos eletrônicos. Oliveira, Neto e Oliveira (2020) apresentam que os efeitos causados pela pandemia modificaram a sociedade e também afetaram “[...] o processo de escolarização de todas as crianças e adolescentes, em todas as etapas e níveis da educação formal, no Brasil e no mundo”.⁷

As ferramentas digitais podem ser grandes aliadas para aprimorar as práticas de ensino, superando concepções tradicionais, possibilitando aprendizagens nas quais “as pessoas interessadas e motivadas podem aprender quase qualquer coisa sem, necessariamente, se envolver num processo formal e deliberado de ensino”⁸

Dica

Para sua prova, você deve levar o entendimento de que as TICs não resolverão os problemas da educação, mas que as ferramentas digitais podem ser grandes aliadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CHAVES, E. O. C. A Tecnologia e a Educação. **Proceedings of the International Conference on Engineering and Computing Education (ICECE)**, Rio de Janeiro, agosto de 1999. Disponível em: <https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Tecnologia/chaves-tecnologia.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. **Letramento Digital: aspectos sociais possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte, Autêntica: 2005.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Editora Papirus, 2012.

OLIVEIRA, A. S. S. e.; NETO, A. B. A.; OLIVEIRA, L. M. S. e. Processo ensino aprendizagem na educação infantil em tempos de pandemia e isolamento. **Ciência Contemporânea**, v. 1, n° 6, p. 349–364, 2020.

Três formas de inserir a tecnologia em sala de aula no dia a dia. Nova Escola, 2016. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4671/tres-formas-de-inserir-a-tecnologia-em-sala-de-aula-no-dia-a-dia>. Acesso em: 17 mar. 2022.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE, CIDADANIA E EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS

O conceito de Direitos Humanos, de acordo com as Nações Unidas, reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem social

ou nacional ou condição de nascimento. Tais direitos são garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que visa proteger indivíduos e grupos contra ações que interfiram nas liberdades fundamentais e na dignidade humana.

ART. 26, DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos.

Quando se fala em direito à educação, é fundamental destacar que não se trata exclusivamente da educação institucionalizada. Esse processo é extraescolar, ou seja, ocorre além dos muros escolares, no âmbito familiar, círculos de amizade e de trabalho. Nesse sentido, refere-se a um marco ético-político para ser usado como crítica e orientação às diferentes práticas sociais.

Atualmente, no Brasil e no mundo, deparamo-nos com atrocidades que ferem os direitos fundamentais à dignidade humana. Os fatos comprovam que, ainda, são necessários muitos esforços no sentido de promover a educação para a mudança e a transformação social. Nessa direção, as instituições educacionais brasileiras precisam, então, conhecer e adotar, em sua prática, os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Direitos Humanos, dentre eles orientar a formação inicial e continuada de todos (as) os (as) profissionais da educação, sendo a Educação em Direitos Humanos componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais.

Vale ressaltar que, sua prova pode cobrar as diferentes concepções que disputam sentido e ênfase em torno da expressão “educação em Direitos Humanos”. Academicamente, “algumas estão centradas fundamentalmente na perspectiva da igualdade e, outras, mais recentes, procuram articular a perspectiva da igualdade e da diferença”.⁹

DIRETRIZES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, em 2012, por meio da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.

7 OLIVEIRA, A. S. S. e.; NETO, A. B. A.; OLIVEIRA, L. M. S. e. Processo ensino aprendizagem na educação infantil em tempos de pandemia e isolamento. *Ciência Contemporânea*, v. 1, n. 6, p. 349–364, 2020, 2.

8 CHAVES, E. O. C. A Tecnologia e a Educação. *Proceedings of the International Conference on Engineering and Computing Education (ICECE)*, Rio de Janeiro, agosto de 1999. Disponível em: <https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Tecnologia/chaves-tecnologia.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022, p. 3.

9 CANDAU, V. M. F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. *Educação & Sociedade*. 33 (120). Set. 2012

As Diretrizes devem ser observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições, e reconhecem a Educação em Direitos Humanos (EDH) como um dos eixos fundamentais do direito à educação, ao conceitua-la como o uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.¹⁰

Conheça o artigo que define os princípios das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos:

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

I - dignidade humana;

II - igualdade de direitos;

III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;

IV - laicidade do Estado;

V - democracia na educação;

VI - transversalidade, vivência e globalidade; e

VII - sustentabilidade socioambiental.

A partir do que preconiza a Resolução supracitada, a educação deve garantir a indissociabilidade entre a promoção da igualdade de direitos e a necessidade de reconhecimento das diferenças, identificando e atuando para atender as demandas gerais e específicas, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social.

Como vimos, assuntos relacionados aos direitos humanos devem estar presentes na formação inicial e continuada de professores. Contudo, de acordo com Fernandes e Paludeto (2010), poucas instituições realizam esse tipo de trabalho. Para as organizações que debatem o tema, o engendramento de uma cultura consciente acerca da importância dos direitos humanos depende dessa ação. O professor deve, portanto, ser entendido como um profissional e cidadão, mobilizador de pessoas e grupos, cultural e socialmente. Assim, ele poderá ser agente de uma educação eficaz em direitos humanos.

REFERÊNCIAS

CANDAU, V. M. F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**. 33 (120). Set. 2012.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948].

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Governo Federal**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-em-direitos-humanos>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FERNANDES, A. V. M.; PALUDETO, M. Educação e Direitos Humanos: desafios para a escola contemporânea. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 30, nº 81, 2010, p. 236.

10 DIRETRIZES Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Governo Federal, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-em-direitos-humanos>. Acesso em: 17 mar. 2022.

11 Conceito. Centro de Referências em Educação Integral, [s.d.]. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/conceito/>. Acesso em: 11 mar. 2022.

A APRENDIZAGEM DA LEITURA COMO UM DIREITO HUMANO

Anualmente, o Dia Internacional da Alfabetização é celebrado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no dia 8 de setembro para reforçar a importância que a alfabetização assume diante da garantia da dignidade e direitos de cada pessoa. Entende-se que a aprendizagem da leitura é fundamental atualmente, uma vez que estamos a todo tempo lendo, seja leitura de textos verbais, textos não verbais ou ainda leitura de mundo.

Segundo dados do IBGE de 2019, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais foi de mais de 6%, uma porcentagem significativa, principalmente quando pensamos que a educação é um direito garantido pelo art. 205, da Constituição, e, como mostram os dados, infelizmente não está sendo garantida a todos.

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além desses aproximadamente 6% da população, há ainda a porcentagem significativa que, apesar de alfabetizada, não sabe ler, ou seja, não sabe interpretar um texto, somente decodificá-lo. Para essa porcentagem da população, temos o nome de analfabetos funcionais.

Neste sentido, entende-se que, além da alfabetização, é necessário que haja o processo de ensino-aprendizagem da leitura, uma vez que ela é vista como emancipatória devido ao fato de o ser humano encontrar nesta leitura a possibilidade de desenvolver um pensamento crítico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

A educação integral tem como princípio responder ao direito à educação entre a ampla gama de direitos sociais, políticos e humanos de todos os cidadãos. Vejamos a seguinte definição da concepção de educação integral:

A Educação Integral é uma concepção de educação definida pelo compromisso com o desenvolvimento integral de todos os sujeitos. Ou seja, a Educação Integral reconhece os sujeitos na sua multidimensionalidade e se compromete com a estruturação de estratégias que garantam a todos, em condições de igualdade, o direito à uma educação de qualidade.¹¹